



ANAIS DO EVENTO

l Congresso Internacional de Educação e Saúde Pública (CONEDUSAÚDE)

2025 2026









I Congresso Internacional de Educação e Saúde Pública (CONEDUSAÚDE)

Copyright © 2025 por by Editora Cognitus



Conedusaúde (Congresso Internacional de Educação e Saúde Pública). (1. : 2025 : <Teresina-PI>)

Anais do I Congresso Internacional de Educação e Saúde Pública (CONEDUSAÚDE): / organização <Comissão Organizadora>; <Editora Cognitus>. — <Teresina-PI>: <Cognitus Interdisciplinary Journal (ISSN: 3085-6124) >, 2025.

1 recurso on-line: il., PDF.

ISBN: 978-65-83818-20-1

DOI Geral: 10.71248/9786583818201





I Congresso Internacional de Educação e Saúde Pública (CONEDUSAÚDE)

Conselho Editorial

- Aline Prado dos Santos
- Artur Pires de Camargos Júnior
- Elaynne Jeyssa Alves Lima
- Karyne de Souza Marvila da Silva Lourenço
- Mateus Henrique Dias Guimarães

Editora Cognitus - CNPJ: 57.658.906/0001-15

E-mail: <u>contato@editoracognitus.com.br</u> Site: <u>www.editoracognitus.com.br</u>

Publique seu livro com a Editora Cognitus. Para mais informações envieum e-mail para

contato@editoracognitus.com.br





I Congresso Internacional de Educação e Saúde Pública (CONEDUSAÚDE)

O I Congresso Internacional de Educação e Saúde Pública (CONEDUSAÚDE) reune pesquisadoras(es), docentes, profissionais de saúde e estudantes para discutir avanços, desafios e soluções inovadoras na interseção entre educação e saúde pública. Esta coletânea reúne os artigos completos e resumos aceitos durante o período de submissão do evento, refletindo a pluralidade de abordagens metodológicas e contextos de prática.

Agradecemos às Comissões Organizadora, Científica e Editorial, às instituições parceiras e a todas(os) as(os) autoras(es) que tornaram este volume possível.

Editora Cognitus - CNPJ: 57.658.906/0001-15

E-mail: contato@editoracognitus.com.br

Site: www.editoracognitus.com.br

Publique seu livro com a Editora Cognitus. Para mais informações envieum e-mail para

contato@editoracognitus.com.br





DETERMINANTES SOCIAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NA SAÚDE DA MULHER

SOCIAL DETERMINANTS AND THEIR INFLUENCE ON WOMEN'S HEALTH

¹Joana Paula Carvalho Correa; ² Laize da Silva Ribeiro Bacelar; ³ Johny Adrian Rodrigues Nascimento Oliveira; ⁴ Karine Loran Silva dos Anjos; ⁵ Wallace Vieira Mendes; ⁶ Marcella Krawczuk Meluria; ⁷ Whilhames Rodrigues da Silva Lima; ⁸ Saullo Adriano Rodrigues Nova Da Costa; ⁹ Luana Dária Medeiros Silva; ¹⁰ Renara Fabiane Ribeiro Correa;

¹ Bacharel em Enfermagem Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Especialista em Saúde do trabalhador, ² Bacharela em Administração Pública pela Universidade Estadual do Maranhão, ³ Mestre em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, ⁴ Enfermeira Especialista e Mestranda pela ISB/UFAM COARI, ⁵ Mestrado em Odontologia Integrada pela Universidade CEUMA, ⁶ Médica pela Universidade do Estado do Amazonas, ³ Graduando em Medicina pela Unifamaz, ⁶ Graduando em Medicina pela Unifamaz, ⁶ Enfermeira pela Universidade de Juazeiro do Norte, ¹⁰ Mestra em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA,

RESUMO

Introdução: Os determinantes sociais da saúde (DSS) exercem papel crucial na compreensão dos fatores que impactam a qualidade de vida e o bem-estar das refletindo desigualdades mulheres. estruturais e históricas. Aspectos como escolaridade, renda, raça, gênero, ambiente, acesso aos serviços de saúde e condições de trabalho moldam os riscos e oportunidades relacionados à saúde feminina. No contexto brasileiro, a persistência das desigualdades sociais e de gênero agrava a vulnerabilidade grupos específicos, especialmente mulheres negras, periféricas e trabalhadoras informais. Objetivo: Analisar, por meio de revisão narrativa, principais influências dos determinantes sociais na

saúde da mulher, evidenciando os impactos socioeconômicos, culturais e políticos que condicionam o acesso à atenção integral. Metodologia: Foi realizada uma revisão narrativa entre agosto e setembro de 2025 nas bases SciELO, BVS e PubMed, utilizando os descritores "determinantes sociais", "saúde da mulher", "equidade em saúde" e "desigualdade de gênero". Foram identificados 78 estudos e selecionados 21 de após aplicação dos critérios elegibilidade. Os critérios de inclusão compreenderam publicações entre 2020 e 2025, em português, inglês ou espanhol, abordassem a intersecção desigualdades sociais e saúde feminina. Os critérios de exclusão abrangeram artigos duplicados, estudos com enfoque





exclusivamente biomédico e publicadas antes de 2020. Resultados: As evidências revelam que os determinantes sociais interferem significativamente nos indicadores de saúde da mulher, especialmente na mortalidade materna, no acesso ao pré-natal e na prevalência de doenças crônicas e mentais. Mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica têm menor acesso aos serviços de saúde e enfrentam maiores barreiras institucionais. Estudos recentes que políticas intersetoriais voltadas à equidade de gênero, educação e trabalho formal têm potencial para reduzir tais disparidades. Considerações Finais: Conclui-se que a saúde da mulher não pode ser analisada de forma isolada, mas como resultado de múltiplos fatores sociais e estruturais. O fortalecimento das políticas públicas de equidade, a ampliação do acesso à Atenção Básica e o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça são fundamentais para promover a saúde integral da mulher e consolidar o princípio da justiça social no SUS.

Edúcação e Saúde Pública

Palavras-Chave: Saúde da mulher; Determinantes sociais; Equidade; Gênero; Desigualdade social.

Referências

ANDRADE, L. F.; et al. Disparities in women's cardiovascular health in Brazil. **International Journal of Cardiology – Cardiovascular Risk and Prevention,** [s.l.], v. 4, 100247, 2024. DOI: 10.1016/j.ijcrp.2024.100247.

SILVA, A. D.; et al. Racial disparities and maternal mortality in Brazil: findings from a comprehensive analysis. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 58, p. 25, 2024. DOI: 10.1590/S0034-8910.20245825.

TOCSANO DE CAMPOS, M. C.; et al. Violence experienced by women, their mental health status and associated factors within favelas during the COVID-19 pandemic in Brazil. **BMC Women's Health,** [s.l.], v. 25, p. 93, 2025. DOI: 10.1186/s12905-025-03793-1.

..





O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO

THE IMPACT OF PUBLIC POLICIES ON POPULATION HEALTH

¹Carla Cavalcante Barros; ²Laize da Silva Ribeiro Bacelar; ³Ana Lys Marques Feitosa; ⁴ Jhennifer Copeski Clerc; ⁵ Milena Campos Silverio; ⁶ Samylla Veras Teixeira; ⁷ Johny Adrian Rodrigues Nascimento Oliveira; ⁸ Andressa Garcia Albuquerque; ⁹ Karine Loran Silva dos Anjos; ¹⁰ Renara Fabiane Ribeiro Correa;

¹Psicóloga pela CEUNI FAMETRO, ²Bacharela em Administração Pública pela Universidade Estadual do Maranhão, ³ Mestre em Saúde e Comunidade pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, ⁴ Pós graduanda em saúde pública pela Universidade de Mogi das Cruzes, ⁵ Graduanda em Medicina pela PUCPR, ⁶ Cirurgiãdentista pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio e Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues ⁷ Mestre em Saúde e Ambiente - Universidade Federal do Maranhão - UFMA, ⁸ Farmacêutica Especialista em Farmácia Clínica e Prescrição Farmacêutica pelo Centro Universitário Farias Brito - FB UNI, com MBA em Logística Farmacêutica pela Faculdade UNYLEYA, ⁹ Enfermeira Especialista e Mestranda pela ISB/ UFAM COARI ¹⁰ Mestra em Saúde e Ambiente- Universidade Federal do Maranhão- UFMA.

Congresso Internacional de

RESUMO

Introdução: As políticas públicas de saúde instrumentos fundamentais para a conso<mark>lidação do direito à saúde e para a</mark> redução das desigualdades sociais que afetam o acesso aos serviços e a qualidade da assistência. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído Constituição Federal de 1988, consagrou os princípios de universalidade, integralidade e equidade, tornando-se o principal eixo das ações governamentais voltadas à promoção e à proteção da saúde coletiva. Contudo, desafios persistem, como subfinanciamento, a má distribuição de recursos, a fragmentação das políticas e as desigualdades regionais, que comprometem

a efetividade das ações e a sustentabilidade do sistema. **Objetivo:** Analisar, por meio de uma revisão narrativa, o impacto das políticas públicas na saúde da população brasileira, identificando avanços, fragilidades perspectivas para fortalecimento do SUS. Metodologia: Esta revisão narrativa foi conduzida entre agosto e setembro de 2025, por meio de busca bibliográfica nas bases de dados SciELO, LILACS PubMed. utilizando descritores "políticas públicas", "saúde coletiva", "SUS" e "equidade em saúde". Foram encontrados 62 estudos e, após aplicação dos critérios de elegibilidade, selecionados 18 estudos para análise. Os critérios de inclusão foram: publicações





entre 2020 e 2025, em português, inglês ou espanhol; estudos com foco no contexto brasileiro e que abordassem impactos sociais, econômicos ou epidemiológicos das políticas públicas de saúde. Os **critérios** de exclusão envolveram artigos duplicados, revisões anteriores a 2020 e textos que tratassem apenas de políticas setoriais sem relação direta com a saúde coletiva. Resultados: As evidências apontam que políticas como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), a Estratégia Saúde da Família (ESF) e as ações de vigilância epidemiológica impactaram positivamente na ampliação da cobertura assistencial, na redução da mortalidade infantil e no contro<mark>le de d</mark>oenças infecciosas. entanto, a análise revelou que as crises fiscais e as desigualdades regionais ainda comprometem universal, acesso

especialmente nas regiões Norte Nordeste. O financiamento insuficiente e a carência de profissionais de saúde em áreas remotas foram citados como fatores que limitam a eficiência das políticas públicas. Considerações Finais: Conclui-se que as políticas públicas brasileiras tiveram papel decisivo na melhoria dos indicadores de saúde. mas demandam reestruturação administrativa e fortalecimento financeiro para garantir sustentabilidade. O êxito das ações depende da continuidade dos investimentos, da articulação intersetorial e da efetiva participação social na formulação e avaliação das políticas. Reforça-se, portanto, a necessidade de consolidar o SUS como um sistema de saúde pública equitativo, resiliente e comprometido com os princípios constitucionais da dignidade humana e da justiça social.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Saúde coletiva; Sistema Único de Saúde; Revisão narrativa; Equidade

Referências

FUNCIA, Francisco; NORONHA, José. A reforma tributária e a saúde. Afinal, para que pagamos impostos e a quem eles servem? **Saúde em Debate,** Rio de Janeiro, v. 47, n. 139, p. 721-724, out./dez. 2023.





MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Romeu; SILVA, Antônio Augusto Moura da. Ciência & Saúde Coletiva, National and International Science. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1: e16042024, jan. 2025.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.







O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO ONCOLÓGICO NA VIDA DO PACIENTE E DA FAMÍLIA

THE IMPACT OF CANCER DIAGNOSIS ON THE LIFE OF THE PATIENT AND FAMILY

¹ Yrlane Paes Ferreira; ² Thaynara da Silva Ferreira; ³ Danielly Cristina Santana Ferreira; ⁴ Rosilda Lima de Carvalho; ⁵ Naiara Jaqueline Pereira dos Santos; ⁶ Ludymila Mimoso de Moura; ⁷ Alberto Mateus Pinheiro da Gama; ⁸ Isabel Vitoria Santos Simão; ⁹ Charles Adson Soares Dos Santos; ¹⁰ Dayana Sampaio Cardoso;

Biomédica pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia, ²Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário de Volta Redonda-UNIFOA, ³ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia - Unifamaz, ⁴ Graduanda de Enfermagem pela Universidade da Amazônia - UNAMA, ⁵ Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Celso Lisboa, ⁶ Graduanda em Biomedicina pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - Unidade Caruaru, ⁷ Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará e Doutorando em Engenharia Elétrica pela UFPA, ⁸ Graduanda em Medicina pela Univove Vergueiro, ⁹ Graduando em Odontologia pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, ¹⁰ Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Minas Gerais,

Congresso Internacional de

RESUMO

Introdução: O diagnóstico de câncer é um evento marcante que provoca intensas repercussões emocionais, sociais econômicas tanto no paciente quanto em sua família. A doença, ao ser associada à dor e à possibilidade de morte, desencadeia sentimentos de medo, negação e angústia, exigindo um processo complexo adaptação e enfrentamento. A vivência oncológica ultrapassa o âmbito biológico e atinge dimensões subjetivas e relacionais, modificando papéis familiares, rotinas e expectativas de vida. O suporte emocional e informacional oferecido por profissionais de saúde é determinante para a adesão ao

tratamento e a preservação da qualidade de vida. Objetivo: Compreender, a partir de uma revisão narrativa, os impactos psicossociais e familiares decorrentes do diagnóstico oncológico, destacando os desafios enfrentados e as estratégias de cuidado integradas ao contexto terapêutico. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa realizada entre agosto e setembro de 2025, por meio de levantamento bibliográfico nas bases SciELO, BVS e PubMed, utilizando descritores os "diagnóstico oncológico", "família", "psico-oncologia" e "impacto emocional". Foram identificados 54 estudos e, após aplicação dos critérios de elegibilidade,





selecionados 16 estudos para análise. Os critérios de inclusão englobaram publicações entre 2020 e 2025, português, inglês ou espanhol, abordassem aspectos emocionais, sociais e familiares do diagnóstico de câncer. Os de critérios exclusão foram artigos duplicados, relatos de caso sem abordagem psicossocial e revisões publicadas antes de 2020. **Resultados:** Os estudos analisados demonstram que o diagnóstico de câncer gera sofrimento psicológico imediato, associado à incerteza sobre o futuro e ao impacto da quimioterapia e radioterapia na autoimagem e nas relações sociais. A família assume papel central no processo terapê<mark>utico, mas</mark> frequentemente enfrenta conflitos sobrecarga emocional, e dificuldades financeiras. A presença de

equipes multiprofissionais — psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais mostrou-se essencial para o fortalecimento do vínculo familiar e a melhoria da adesão literatura tratamento. Α também evidencia que intervenções baseadas em grupos de apoio e acompanhamento psicológico reduzem níveis de ansiedade e depressão em pacientes oncológicos. Considerações Finais: Conclui-se que o diagnóstico de câncer transcende o campo biomédico exige abordagens interdisciplinares que contemplem a integralidade do cuidado. A humanização da assistência, o acolhimento e o suporte emocional ao paciente e sua família são estratégias fundamentais para minimizar o impacto da doença e favorecer a qualidade de vida durante o processo terapêutico.

Palavras-Chave: Diagnóstico oncológico; Família; Psico-oncologia; Impacto emocional; Saúde coletiva

Referências

BERGEROT, C. *et al.* Global unmet psychosocial needs in cancer care. **eClinicalMedicine, London: The Lancet,** v. 69, e102310, 2024. DOI: 10.1016/j.eclinm.2024.102310.

MEHNERT-THEUERKAUF, A. *et al.* Prevalence of mental disorders, psychosocial distress, and unmet supportive care needs in patients with cancer: results of a representative sample across major tumour entities. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, v. 14, e1125545, 2023. DOI: 10.3389/fpsyg.2023.1125545.





WALBAUM, C. *et al.* Existential distress among family caregivers of patients with advanced cancer: a systematic review and meta-analysis. **Psycho-Oncology**, Hoboken, v. 33, n. 1, p. 89-102, 2024. DOI: 10.1002/pon.6220.





O PAPEL DA ATENÇÃO BÁSICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA

THE ROLE OF PRIMARY HEALTH CARE IN THE PROMOTION OF COLLECTIVE HEALTH

¹Joana Paula Carvalho Correa; ² Danielly Cristina Santana Ferreira; ³ Laize da Silva Ribeiro Bacelar; ⁴ Laina Íris Nunes Santana; ⁵ Samylla Veras Teixeira; ⁶ Tercília Menezes Monteiro; ⁷ Douglas Manoel Pereira Ferreira; ⁸ Wallace Vieira Mendes; ⁹ Ana Bárbara Santos de Freitas; ¹⁰ Erikarla Passos Fontenele;

¹ Bacharel em Enfermagem Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Especialista em Saúde do trabalhador ,² Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia - Unifamaz, ³ acharela em Administração Pública pela Universidade Estadual do Maranhão, ⁴ Enfermeira pela Faculdade unisapiens, ⁵ Cirurgiã-dentista pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio e Especialista em Saúde da Família e comunidade pela Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues, ⁶ Nutricionista pela Faculdade de Educação São Francisco - FAESF; Pós-graduada em Gestão em Alimentação e Nutrição pela Faculdade de Educação São Francisco - FAESF; Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Educação São Francisco - FAESF; Pós-graduada em Nutrição Clínica pelo Instituto de Ensino Superior Multiplo - IESM; e, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí - UFPI., ⁶ Fisioterapeuta pela Universidade do Estado do Pará, ⁶ Mestrado em Odontologia Integrada pela Universidade CEUMA, ⁶ Enfermeira pelo Centro Universitário Uninovafapi, ¹¹º Bacharel em Farmácia pela UFPI

Educação e Saúde Pública

RESUMO

Introdução: A Atenção Básica à Saúde (ABS) constitui o primeiro nível de contato da população com o Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como principal finalidade promover o cuidado integral, contínuo e humanizado, baseado nos princípios da universalidade, equidade e integralidade. Sua atuação vai além da assistência curativa, englobando ações de prevenção, vigilância em saúde e educação sanitária. Por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), a ABS tem contribuído de forma decisiva para a reorganização dos serviços e a redução das desigualdades no

acesso, tornando-se um dos pilares da promoção da saúde coletiva no Brasil. Objetivo: Analisar, por meio de uma revisão narrativa, o papel da Atenção Básica na promoção da saúde coletiva, considerando sua importância estratégica, desafios estruturais e impacto sobre os indicadores de saúde populacional. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa desenvolvida entre agosto e setembro de 2025, com busca nas bases SciELO, PubMed e BVS, utilizando os descritores "atenção básica", "promoção da saúde", "saúde coletiva" e "estratégia saúde da família". Foram identificados 64 estudos





após aplicação dos critérios elegibilidade, selecionados 19 estudos para análise. Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados entre 2020 e 2025, em português, inglês ou espanhol, abordassem práticas, políticas e resultados da Atenção Básica no contexto do SUS. Foram excluídos estudos duplicados, dissertações não indexadas e artigos que tratassem exclusivamente de atenção hospitalar. Resultados: As evidências apontam que o fortalecimento da Atenção Básica impacta positivamente os indicadores de mortalidade infantil, vacinação, saúde materna e controle de doenças crônicas. A ESF demonstrou ser uma estratégia eficaz na aproximação com a comunidade e na ampliação do acesso a cuidados essenciais, especialmente em

regiões periféricas e rurais. Entretanto, desafios persistem quanto à rotatividade de profissionais, à carência de recursos estruturais e ao financiamento insuficiente. A literatura evidencia que a formação continuada e o trabalho interdisciplinar são elementos fundamentais para a efetividade da promoção da saúde coletiva. Considerações Finais: Conclui-se que a Atenção Básica é um componente essencial da estrutura do SUS, sendo determinante para o fortalecimento da saúde coletiva. Sua consolidação depende de políticas públicas sustentáveis, da valorização profissional e da integração com outros níveis de atenção, garantindo a efetividade das ações de promoção e prevenção, com foco na melhoria contínua da qualidade de vida da população brasileira.

Palavras-Chave: Atenção básica; Promoção da saúde; Saúde coletiva; Estratégia Saúde da Família; Políticas públicas..

Referências

MENDES, Eugênio Vilaça. **A Atenção Primária à Saúde no SUS:** fundamentos, avanços e desafios. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2023. Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/58074. Acesso em: 24 out. 2025.

GIOVANELLA, L., and MENDONÇA, M. H. M. **Atenção primária à saúde**. In: GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., and CARVALHO, A. I., eds. Políticas e sistemas de saúde no Brasil [online]. 2nd ed. rev. and enl.





Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 493-545. ISBN: 978-85-7541-349-4. https://doi.org/10.7476/9788575413494.0019.

STARFIELD, Barbara; SHI, Leiyu; MACINKO, James. Contribution of Primary Care to Health Systems and Health. **The Milbank Quarterly**, New York, v. 101, n. 2, p. 324–361, 2023. DOI: 10.1111/1468-0009.12609

••







O PAPEL DO PROFISSIONAL DE SAÚDE NA ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

THE ROLE OF THE HEALTH PROFESSIONAL IN URGENT AND EMERGENCY CARE

Joyce Lourenço Mariano;
Danielly Cristina Santana Ferreira;
Laize da Silva Ribeiro Bacelar;
Wallace Vieira Mendes;
Jennifer Beatriz de Oliveira;
Yandra Aquino Medeiros;
Reynold Sales Caleffi;
Whilhames Rodrigues da Silva Lima;
Saullo Adriano Rodrigues Nova da Costa;
Maria Gloria Angelim Ferraz Bezerra;

¹ Graduanda em Enfermagem pela Unicesumar - Curitiba/Pr, ² Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia - Unifamaz, ³ Bacharela em Administração Pública pela Universidade Estadual do Maranhão, ⁴ Mestrado em Odontologia Integrada pela Universidade CEUMA, ⁵ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Maurício de Nassau – Caruaru-PE, ⁶ Cirurgiã-Dentista pelo Centro Universitário Leão Sampaio, ⁿ Graduando em Medicina pelo Centro Universitário FAMETRO - Manaus/AM, ⁶ Graduando em Medicina pela Unifamaz, ⁶ Graduando em Medicina pela Unifamaz, ¹ Enfermeira pela Uninassau, Pós graduada em Saúde Mental pelo Coren-Ce

RESUMO

Introdução: A atenção às urgências e emergências constitui uma das áreas mais complexas do sistema de saúde, exigindo dos profissionais competências técnicas, tomada de decisão rápida e equilíbrio emocional. O ambiente de urgência é caracterizado pela imprevisibilidade, pela alta demanda e pela necessidade de respostas imediatas, fatores que podem gerar sobrecarga física e psicológica. O papel do profissional de saúde nesse além da execução de contexto vai procedimentos técnicos, abrangendo também a comunicação efetiva, o trabalho em equipe interdisciplinar e a humanização do cuidado. Objetivo: Compreender, a partir de uma revisão narrativa, atribuições e os desafios enfrentados pelos

profissionais de saúde na atenção às urgências e emergências, considerando aspectos técnicos, éticos e psicossociais que permeiam sua atuação. Metodologia: de Trata-se uma revisão narrativa desenvolvida entre agosto e setembro de 2025, com busca bibliográfica nas bases SciELO, PubMed e BVS, utilizando os descritores "atenção às urgências", "emergências médicas", "profissionais de saúde" "humanização". identificados 71 estudos e, após análise dos critérios de elegibilidade, selecionados 20 estudos. Os critérios de inclusão compreenderam publicações entre 2020 e 2025, em português, inglês ou espanhol, que abordassem a atuação multiprofissional em contextos de urgência e emergência. Os critérios de exclusão envolveram artigos





duplicados, estudos sem abordagem sobre atuação profissional e revisões publicadas antes de 2020. Resultados: Os estudos demonstram que a atuação eficaz nas urgências depende da capacitação contínua, da integração entre os diferentes níveis de atenção e da aplicação de protocolos baseados evidências. clínicos em Evidenciou-se também que fatores como estresse ocupacional, exaustão emocional e falta de recursos estruturais comprometem a qualidade da assistência e aumentam o risco de erro profissional. Estratégias como o treinamento em simulação realística, a implementação do Protocolo de Manchester e o fortalecimento da Rede de Atenção às

Urgências (RAU) mostraram impacto positivo na organização dos fluxos e na segurança do paciente. Considerações Finais: Conclui-se que o profissional de saúde é o eixo central da resposta às urgências emergências, sendo indispensável investir em políticas públicas à formação técnica, voltadas psicossocial e valorização do trabalho em equipe. A humanização, aliada qualificação permanente, constitui elemento essencial para a efetividade e a ética no cuidado emergencial, garantindo resolutividade morbimortalidade nos serviços de urgência.

Palavras-Chave: Atenção às urgências; Emergências médicas; Profissionais de saúde; Humanização

Referências

FERREIRA, K. M.; BALSANELLI, A. P.; SANTOS, J. L. G. Competências profissionais dos enfermeiros de unidades de urgência e emergência: estudo de método misto. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 31, e3937, 2023. DOI: 10.1590/1518-8345.6554.3937.

JESUS, J. A.; BALSANELLI, A. P. Relação das competências profissionais do enfermeiro em urgência e emergência com o produto do cuidar em enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 31, e3940, 2023. DOI: 10.1590/1518-8345.6585.3940.





MENEGUIN, S.; et al. Stress and Occupational Coping among Brazilian Nurses working in Emergency Care: a narrative review. **Nursing Reports**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 365-377, 2024. DOI: 10.3390/nursrep14010032.







VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: REPERCUSSÕES FÍSICAS, EMOCIONAIS E SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA

OBSTETRIC VIOLENCE IN BRAZIL: PHYSICAL, EMOTIONAL AND SOCIAL REPERCUSSIONS AND STRATEGIES FOR HUMANIZING OBSTETRIC CARE

¹ Flávio Gomes;
² Layanne Oliveira da Cruz;
³ Luana Alves de Andrade;
⁴ Cassiana Bessa de Lima Magalhães;
⁵ Erika Cristina Brasil Antunes;
⁶ Raquel Silva dos Anjos Quintanilha;
⁷ Maria Vitória Santana Rocha;
⁸ Kélvia Maria Tomais de Souza;
⁹ Dayane Brazier Rodrigues.

¹ Graduado em Enfermagem pela Universudade Potiguar - UNP, ² Graduanda em Enfermagem pela Unifamaz, ³ Graduada em Medicina pela Universidade Jose do Rosario Vellano - MG, ⁴ Graduada em Farmácia e Pós-Graduanda em Farmácia Clínica de Endocrinologia e Metabologia pelo Instituto de ciência tecnologia e qualidade, ⁵ Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia-UNAMA, ⁶ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Salgado de Oliveira UNIVERSO, ⁶ Enfermeira pela Universidade Evangélica de Goiás, ⁶ Enfermeira especialista em Bloco Cirúrgico e CME pela Santa Casa de Misericórdia de Sobral, ⁶ Mestranda em Ciência e Tecnologia de Alimentos pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.

RESUMO

Introdução: representa um grave problema de saúde pública no Brasil, afetando milhares de mulheres durante o pré-parto, parto e pósparto. Essa forma de violência pode ocorrer de maneira física, verbal, psicológica ou institucional, refletindo desigualdades de gênero, falhas estruturais do sistema de saúde e práticas desumanizadas atendimento obstétrico. Além dos danos físicos imediatos, essa experiência pode gerar traumas emocionais profundos e impactos sociais duradouros, interferindo na relação mãe-bebê e na saúde mental materna. A discussão sobre o tema tem

ganhado relevância nos últimos anos, reforçando a necessidade de práticas humanizadas e centradas na mulher no contexto obstétrico. Objetivo: Analisar as repercussões físicas, emocionais e sociais da violência obstétrica no Brasil e identificar estratégias de humanização da assistência obstétrica que possam reduzir a sua ocorrência. Metodologia: Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, com abordagem descritiva e exploratória. A busca foi realizada em bases dados científicas, como SciELO, PubMed e BVS, utilizando descritores em saúde relacionados "Violência obstétrica", "Humanização do parto" e





"Saúde da Mulher". Foram selecionados artigos publicados nos últimos 5 anos, disponíveis na íntegra e em português ou inglês. A análise foi feita de forma crítica e integrativa, priorizando estudos abordassem repercussões físicas. as da violência emocionais sociais obstétrica, bem como estratégias humanização. Não foram aplicados métodos estatísticos, por se tratar de uma revisão narrativa, mas houve síntese dos principais achados para subsidiar a discussão do tema. Resultados: Os estudos revisados evidenciaram que a violência obstétrica está associada a traumas físicos, como lesões decorrentes de intervenções desnecessárias. consequências a emocionais, como ansiedade, depressão pós-parto e transtorno de estresse póstraumático. Também foram relatados

impactos sociais. incluindo o enfraquecimento do vínculo maternoinfantil e desconfiança nos serviços de saúde. As estratégias de humanização mais eficazes envolveram o parto humanizado, o respeito ao plano de parto, a presença de acompanhantes, a capacitação profissional e o fortalecimento de políticas públicas de saúde da mulher. Considerações finais: A violência obstétrica constitui uma violação dos direitos humanos e um entrave à qualidade da assistência obstétrica no Brasil. A adoção de práticas humanizadas, o fortalecimento de protocolos assistenciais e a conscientização dos profissionais de saúde são essenciais para reduzir sua ocorrência promover cuidado um respeitoso e seguro para gestantes e parturientes.

Palavras-Chave: Humanização do parto; Violência obstétrica; Saúde da Mulher.

Referências

AGUIAR, Cláudia de Azevedoe *et al.* Modelo de atenção em centros de parto normal perihospitalares brasileiros: uma revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, 27 jan. 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232025301.09382023.

LEITE, T. H. *et al.* Epidemiologia da violência obstétrica: uma revisão narrativa do contexto brasileiro. **Cadernos de Saúde Coletiva**, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2024.v29n9/e12222023/.





PAIZ, J. C.; SOUTO, A. S.; MARTINS, A. C. M.; AHNE, S. M. dos S.; BARÉA, M.; GIUGLIANI, C. Violência obstétrica: entre a percepção das mulheres e as práticas de assistência ao parto. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 19, n. 46, 2024. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3852.

SILVA, M. F. *et al.* Panorama da violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 10, e126131047081, 2024. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/47081.





MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL: DETERMINANTES SOCIAIS, AVANÇOS NA REDUÇÃO E PERSISTENTES DESAFIOS PARA EQUIDADE EM SAÚDE

INFANT MORTALITY IN BRAZIL: SOCIAL DETERMINANTS, PROGRESS IN REDUCTION AND PERSISTENT CHALLENGES FOR HEALTH EQUITY

Ana Marissa Moreira de Castro; ²Erika Cristina Brasil Antunes; ³Gentil Antonio Passos Filho; ⁴Cassiana Bessa de Lima Magalhães; ⁵ Flávia Rafaela Barreto de Matos; ⁶Fernanda Coelho; ⁷ Alexandrina Ferreira da Silva; ⁸ Kélvia Maria Tomais de Souza; ⁹Camila Carneiro dos Reis; ¹⁰ Vinicius de Lima Lovadini;

¹ Mestranda Profissional de Enfermagem pela UEFS-Universidade Estadual de Feira de Santana, ² Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia-UNAMA, ³Graduando em Medicina pela t Faculdade UNINTA, ⁴ Pós-Graduanda em Farmácia Clínica de Endocrinologia e Metabologia pelo Instituto de ciência tecnologia e qualidade, ⁵ Graduada em Nutrição pela Faculdade do Vale do Ipojuca- FAVIP Devry, ⁶ Pósgraduada em fisioterapia neurofuncional adulto e pedrátrica pela Inspirar, ⁻ Graduação em Serviço Social na EMESCAM e Pós Graduação em Saúde Pública pela FABRA - FBC, ⁶ Enfermeira especialista em Bloco Cirúrgico e CME na Santa Casa de Misericórdia de Sobral, ⁶ Médica, Pós-graduada em Medicina da Família e Comunidade pelo Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba, ¹⁰ Doutor em Ciências pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EE USP

Educação e Saúde Pública

RESUMO

Introdução: A mortalidade infantil repres<mark>enta um</mark> importante indicador da qualidade de vida e das condições de saúde de uma população. No Brasil, nas últimas décadas. observou-se uma redução expressiva nas taxas: de 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990 para 12,5 óbitos por mil nascidos vivos em 2023, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Essa queda está relacionada a políticas públicas de saúde, ampliação da cobertura vacinal, melhoria no saneamento básico e implementação de programas sociais. Entretanto, ainda persistem

desigualdades regionais e socioeconômicas.

Em 2023, a taxa de mortalidade infantil foi de 15,9 por mil na Região Norte, 13,8 no Nordeste, 12,8 no Centro-Oeste, 11,7 no Sudeste e 10,0 no Sul. Além disso, fatores familiar. como baixa renda baixa escolaridade materna, falta de saneamento adequado e dificuldade de acesso a cuidados pré-natais continuam influenciando fortemente os desfechos de saúde infantil. **Objetivo:** Analisar determinantes sociais associados à mortalidade infantil no Brasil, destacando avanços obtidos nas últimas décadas e os desafios persistentes para alcançar equidade





em saúde. Metodologia: Este estudo tratase de uma revisão narrativa de literatura com abordagem descritiva e exploratória, voltada à análise dos determinantes sociais. desafios relacionados avanços mortalidade infantil no Brasil. A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e BVS. Foram utilizados descritores combinados português e inglês, incluindo "mortalidade infantil", "determinantes sociais da saúde", "equidade em saúde" e "Brasil". Os critérios de inclusão contemplaram artigos originais, revisões, relatórios técnicos e documentos oficiais publicados entre 2020 2025, que abordassem aspectos epidemiológicos e sociais da mortalidade infantil no contexto brasileiro. Foram excluídos estudos duplicados, artigos sem acesso ao texto completo e produções que não apresentassem dados empíricos ou discussões relevantes para o tema. A análise dos materiais selecionados foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar tendências, avanços e lacunas persistentes nas políticas públicas e nos indicadores de saúde infantil. Resultados: Os estudos evidenciaram redução consistente da taxa

de mortalidade infantil no país. principalmente nas regiões Sul e Sudeste, refletindo melhorias na atenção básica e no acesso aos serviços de saúde. Contudo, regiões Norte e Nordeste ainda apresentam índices elevados, associados à pobreza, baixa escolaridade e condições precárias de saneamento. A ampliação da Estratégia Saúde da Família. programas transferência de renda e ações imunização contribuíram para os avanços, barreiras estruturais embora desigualdades territoriais mantenham vulnerabilidades significativas. Considerações finais: Apesar dos a progressos alcançados, mortalidade infantil no Brasil ainda reflete desigualdades sociais e regionais que exigem estratégias mais equitativas e integradas. Investimentos contínuos em políticas públicas, infraestrutura sanitária e atenção primária à saúde são fundamentais para consolidar os avanços e reduzir as iniquidades persistentes. O fortalecimento da vigilância em saúde e a atuação intersetorial são essenciais para alcançar níveis mais baixos e equitativos mortalidade infantil no país.





Palavras-Chave: Mortalidade infantil; determinantes sociais da saúde; Equidade em saúde; Brasil

Referências

ALBUQUERQUE, A. L. de S. *et al.* Mortalidade infantil e fatores associados no Brasil: uma análise dos determinantes sociais. **Revista Contemporânea**, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7169.

BOING, A. F. *et al.* Mortalidade de crianças no Brasil de 2010 a 2022: excesso de óbitos e desigualdades regionais. **Revista de Saúde Pública**, v. 59, e18, 2025. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rsp/2025.v59/e18/pt.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Mortalidade infantil e fetal por causas evitáveis no Brasil é a menor em 28 anos. **Brasília**, 2024.

SOUSA, M. R. M. *et al.* Factors associated with preventable infant mortality in 2020. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/DHJmRPbqMwf7nkRpfnWcCmG.







ATUALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES ONCOLÓGICAS NO SUS: DESAFIOS NA INCORPORAÇÃO DE TERAPIAS MODERNAS E AVALIAÇÃO CUSTO-EFETIVIDADE.

UPDATING ONCOLOGY GUIDELINES IN THE SUS: CHALLENGES IN INCORPORATING MODERN THERAPIES AND COST-EFFECTIVENESS ASSESSMENT.

¹ Francisco Raniere Barbosa de Araújo Filho;
² Lucas Aguiar Silva;
³ Kellyn Kallita Barbosa Sousa;
⁴Débora da Silva de Miranda;
⁵Erika Cristina Brasil Antunes;
⁶Maylanne da Silva dos Prazeres
⁷ Kelly Rose Pinho Moraes;
⁸ Caroline Caiene Sabino da Silva;
⁹ Kélvia Maria Tomais de Souza;
¹⁰ Cassiana Bessa de Lima Magalhães;

¹ Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, ² Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Estácio do Pantanal, ³ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Estácio do Pantanal, ⁴Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Estácio do Pantanal, ⁵Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia-UNAMA, ⁶Graduanda em Enfermagem pela Universidade Da Amazônia, ¹Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Maranhão, ⁶Graduada em Enfermagem pela UNP, ⁶ Enfermeira especialista em Bloco Cirúrgico e CME pela Santa Casa de Misericórdia de Sobral, ¹¹⁰ Graduada em Farmácia e Pós-Graduanda em Farmácia Clínica de Endocrinologia e Metabologia pelo Instituto de ciência tecnologia e qualidade.

RESUMO

Introdução: A atualização das diretrizes oncológicas no Sistema Único de Saúde (SUS) é um passo essencial para garantir que pacientes tenham acesso a terapias modernas e eficazes. Nos últimos anos, o avanço de tecnologias terapêuticas, como imunoterapias e terapias-alvo, ampliou significativamente as possibilidades de do tratamento câncer, melhorando desfechos clínicos e a sobrevida dos pacientes. No entanto, a incorporação dessas inovações ao sistema público enfrenta desafios relacionados ao alto custo, à análise de custo-efetividade e à equidade de acesso. Além disso, lacunas no

financiamento, na regulação infraestrutura dificultam a implementação homogênea dessas terapias em todo o território reforçando nacional, desigualdades regionais cuidado oncológico. Dessa forma, compreender os obstáculos e estratégias para a atualização diretrizes oncológicas das torna-se essencial para o fortalecimento da política pública de saúde no Brasil. Objetivo: Analisar os principais desafios e estratégias relacionados à incorporação de terapias modernas nas diretrizes oncológicas do SUS, com ênfase na avaliação econômica, impacto assistencial e equidade no acesso.

Metodologia: Trata-se de um estudo





bibliográfico e descritivo, com abordagem qualitativa, baseado publicações em científicas e documentos oficiais sobre diretrizes oncológicas no SUS. A busca foi realizada nas bases SciELO, BVS e PubMed, além de protocolos do Ministério da Saúde e do INCA. Foram incluídos artigos publicados entre 2018 e 2025, em português, inglês ou espanhol, abordassem terapias modernas e avaliação econômica em saúde. Utilizaram-se os descritores DeCS/MeSH: "Câncer", "Diretrizes Clínicas", "Sistema Único de Saúde", "Terapia Antineoplásica" "Avaliação de Tecnologias em Saúde". A análise foi feita por leitura exploratória, seletiva e analítica. Por não envolver seres humanos, dispensa apreciação ética conforme Resolução CNS nº 510/2016. Resultados: Os resultados apontam que, embora haja avanços regulatórios na incorporação de novas terapias oncológicas desafios financeiros e SUS. os estruturais ainda são significativos. As principais barreiras incluem os altos custos das terapias inovadoras, tempo

prolongado para análise e aprovação de novas tecnologias, a fragmentação na oferta de serviços e desigualdades regionais no acesso ao tratamento. Verificou-se também que o fortalecimento da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) e a ampliação de estratégias de negociação com a indústria farmacêutica podem favorecer incorporação mais ágil e equitativa. A atualização das diretrizes precisa acompanhar os avanços científicos sem comprometer a sustentabilidade financeira do sistema. Considerações finais: A atualização das diretrizes oncológicas no SUS representa uma oportunidade estratégica para melhorar a qualidade da atenção ao paciente com câncer no Brasil. Contudo, a incorporação de terapias modernas requer políticas robustas de financiamento, mecanismos eficazes de ATS e fortalecimento da rede assistencial. O alinhamento entre inovação terapêutica, planejamento estratégico e equidade é essencial para garantir acesso universal e sustentável a tratamentos oncológicos de ponta.

Palavras-Chave: Avaliação de Tecnologias em Saúde; Câncer; Sistema Único de Saúde; Terapia Antineoplásica.





Referências

BALDOTTO, C. *et al.* Cost-Effectiveness of Lung Cancer Screening in a High-Risk Population: Evidence for the Brazilian Public Health System. **JCO Global Oncology**, [s. l.], 2025. Disponível em: https://ascopubs.org/doi/10.1200/GO-25-000.

MAIA, Fernando Henrique de Albuquerque; SANTOS, Patricia Gonçalves Freire dos; MONTEIRO, Suyanne Camille Caldeira. Incorporação de tecnologias na oncologia: perspectivas para ampliação do acesso e da participação social. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 25, n. 2, 2024. DOI: https://doi.org/10.52753/bis.v25i2.41408.

SENNA, Kátia Marie *et al.* Cost-effectiveness assessment of liquid biopsy for early detection of lung cancer in Brazil. **PLOS ONE**, v. 20, n. 7, 2025. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0328631.







DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL NAS UNIDADES BÁSICAS DO SUS

CHALLENGES FOR IMPLEMENTING THE NEW BRAZILIAN ARTERIAL HYPERTENSION GUIDELINE IN SUS BASIC UNITS

¹ Cassiana Bessa de Lima Magalhães; ² Erika Cristina Brasil Antunes; ³ Joyce Lourenço Mariano; ⁴ Nicole Frizon; ⁵ Flávia Rafaela Barreto de Matos; ⁶ Ana julia Silva de Souza; ⁶ Flávio Gomes; ፆ Janaina Dias de Sousa; ९ Camila Carneiro dos Reis; ¹⁰ Selma do Nascimento Silva

¹ Graduada em Farmácia e Pós-Graduanda em Farmácia Clínica de Endocrinologia e Metabologia pelo Instituto de ciência tecnologia e qualidade, ² Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia-UNAMA, ³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade de Caxias (UCS), ⁵ Graduada em Nutrição pela Faculdade do Vale do Ipojuca- FAVIP Devry, ⁶ Enfermeira Residente do programa ESF para população do baixo Amazonas pela UFOPA, ³ Graduado em Enfermagem pela Universudade Potiguar - UNP, ⁶ Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí, ⁶ Médica, Pós-Graduada em Medicina da Família e Comunidade pelo Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba, ¹⁰ Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

RESUMO

As

Introdução: hipertensão arterial sistêmica (HAS) continua sendo um dos principais problemas de saúde pública no Brasil, associada a elevadas taxas de morbimortalidade cardiovascular. A nova Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025, elaborada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Hipertensão e Sociedade Brasileira de Nefrologia, atualizações introduz importantes na prevenção, diagnóstico, estratificação de risco, metas terapêuticas e abordagem multiprofissional, com ênfase no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) como eixo central do cuidado.

recomendações

destacam

da aferição da ampliação arterial, uso MRPA/MAPA. intervenções não farmacológicas baseadas em evidências, estratificação individualizada do cardiovascular e protocolos terapêuticos mais rígidos para controle pressórico. Objetivo: Analisar os principais desafios para a implementação da nova diretriz nas Básicas Saúde Unidades de (UBS), considerando aspectos estruturais, organizacionais e sociais. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa de literatura. Foram incluídas publicações e documentos oficiais relacionados hipertensão arterial no contexto da APS. O levantamento bibliográfico foi realizado





nas bases SciELO, BVS e PubMed, além de diretrizes e portarias do Ministério da Saúde (Brasil). Foram utilizados os seguintes descritores DeCS: "Hipertensão", "Atenção Primária à Saúde", "Sistema Único de Saúde", e "Protocolos Clínicos". Foram selecionados materiais publicados últimos 5 anos, com foco em barreiras e estratégias para implementação de protocolos clínicos. Α análise foi qualitativa, a partir da síntese convergente dos achados. Por se tratar de estudo baseado em domínio público, dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa Resultados: As principais (CONEP). barreiras identificadas incluem insuficiência de equipamentos calibrados, acesso limitado a exames complementares, fluxos despadronizados, sobrecarga das equipes, lacunas em educação permanente e dificuldades relacionadas ao letramento em saúde e adesão medicamentosa. A ausência de estratégias intersetoriais e de linhas de

cuidado padronizadas prejudica continuidade do tratamento e a efetividade das ações. Conclui-se que a efetivação da diretriz de 2025 requer fortalecimento da gestão APS, investimentos da em infraestrutura e tecnologia, capacitação contínua das equipes multiprofissionais, ampliação da educação em saúde e articulação intersetorial para estimular o autocuidado e melhorar os indicadores de cardiovascular SUS. saúde Considerações finais: A implementação efetiva da nova diretriz de hipertensão arterial requer fortalecimento da gestão da APS, com padronização de fluxos e protocolos, de insumos garantia tecnologias adequadas, e capacitação permanente das equipes multiprofissionais. A educação em saúde, o estímulo ao autocuidado e a articulação intersetorial são fundamentais para superar os desafios identificados, ampliar a adesão terapêutica e melhorar os indicadores de saúde cardiovascular no SUS.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde; Hipertensão; Protocolos Clínicos; Sistema Único de Saúde.

Referências





BRAGIO, Jaqueline *et al*. Monitoramento da hipertensão na atenção primária: desempenho dos indicadores no Espírito Santo. **Ciências da Saúde**, v. 29, n. 143, fev. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/th102502171739.

BRANDÃO, Andréa Araujo *et al.* Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia,** v. 122, n. 9, e20250624, 2025. DOI: https://doi.org/10.36660/abc.20250624.

FEITOSA, Audes Diogenes de Magalhães *et al.* Diretrizes Brasileiras de Medidas da Pressão Arterial Dentro e Fora do Consultório – 2023. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 121, n. 4, p. e20240113, 2024. DOI: https://doi.org/10.36660/abc.20240113.







VACINAÇÃO CONTRA HPV: IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA E ADESÃO ENTRE ADOLESCENTES BRASILEIROS DE DIFERENTES CONTEXTOS SOCIAIS.

HPV VACCINATION: IMPACT ON PUBLIC HEALTH AND ADHERENCE AMONG BRAZILIAN ADOLESCENTS FROM DIFFERENT SOCIAL CONTEXTS.

¹ Cassiana Bessa de Lima Magalhães; ²Lorena Gabriele Pereira dos Santos; ³ Guilherme Teodoro Martins; ⁴ Erika Cristina Brasil Antunes ; ⁵Kelly Rose Pinho Moraes; ⁶ Luana Alves de Andrade; ⁷Tayllon Santos Carvalho; ⁸ Kélvia Maria Tomais de Souza; ⁹ Vinicius de Lima Lovadini; ¹⁰ Selma do Nascimento Silva

¹ Graduada em Farmácia e Pós-Graduanda em Farmácia Clínica de Endocrinologia e Metabologia pelo Instituto de ciência tecnologia e qualidade , ² Graduanda en Enfermagem pelo Centro Universitário da Amazônia-Unifamaz, ³ Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário UniFACTHUS, ⁴ Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia-UNAMA, ⁵ Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Maranhão, ⁶ Graduada em Medicina pela Universidade Jose do Rosario Vellano - MG, ⁶ Graduando Bacharelado em Enfermagem pelo Centro Universitário do Leste de Minas, ⁶ Enfermeira especialista em Bloco Cirúrgico e CME pela Santa Casa de Misericórdia de Sobral, ⁶ Doutor em Ciências pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, ¹º Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA

I Congresso Internacional

RESUMO

vacinação contra Introdução: A Papilomavírus Humano (HPV) representa um marco fundamental nas estratégias prevenção de de doenças globais infectocontagiosas e cânceres relacionados, especialmente o câncer de colo do útero, que apresenta alta incidência e mortalidade entre mulheres em idade reprodutiva. No Brasil, a imunização foi incorporada ao calendário vacinal do Sistema Único de Saúde (SUS), visando reduzir a transmissão viral e promover proteção coletiva por meio da imunidade de rebanho. No entanto, a adesão à vacinação entre adolescentes ainda desigualdades significativas, apresenta refletindo disparidades regionais

socioeconômicas que afetam o acesso aos serviços de saúde e a efetividade das políticas públicas. A hesitação vacinal, a falta de informação e barreiras culturais estão entre os principais fatores que contribuem para a baixa cobertura em alguns territórios, exigindo ações intersetoriais e estratégias comunicacionais mais eficazes. Objetivo: analisar o impacto da vacinação contra HPV na saúde pública e identificar os fatores que influenciam a adesão entre adolescentes brasileiros de diferentes contextos sociais. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa de literatura sobre o impacto da vacinação contra o HPV na saúde pública e adesão entre adolescentes. A busca foi realizada





nas bases SciELO, PubMed e BVS, Foram incluídos artigos de 2023 a 2025 com enfoque em cobertura vacinal e políticas públicas no Brasil. Após leitura e análise descritiva, os achados foram organizados para identificar desigualdades regionais e estratégias de ampliação da cobertura. O estudo dispensa aprovação ética conforme Resolução CNS nº 510/2016. Resultados: Nota-se que, embora o Brasil apresente programas consolidados de imunização, persistem desigualdades territoriais que comprometem a universalidade da cobertura. Regiões maior com vulnerabilidade social tendem a registrar menores índices de adesão, especialmente entre adolescentes do sexo masculino e em áreas rurais. A presença de campanhas educativas, o envolvimento das escolas e a

atuação das equipes da Atenção Primária à Saúde demonstraram impacto positivo na ampliação da cobertura vacinal. Além disso, observou-se que fatores como escolaridade dos responsáveis, confiança na eficácia da vacina e acesso a serviços de saúde influenciam diretamente na decisão de vacinar. Considerações finais: Concluise que a vacinação contra HPV é uma ferramenta estratégica para a saúde pública, capaz de reduzir a carga de doenças associadas ao vírus e prevenir o câncer de colo do útero de forma custo-efetiva. No entanto, alcançar altas taxas de cobertura vacinal exige enfrentamento das barreiras sociais e culturais, fortalecimento das campanhas de comunicação e ampliação das estratégias de busca ativa.

Palavras-Chave: Adolescentes; Papilomavírus humano; Saúde pública; Vacinação

Referências

CERQUEIRA-SILVA, T. *et al.* Effect of Brazil's national human papillomavirus vaccination programme on cervical cancer and CIN3 incidence in women aged 20–24 years. **The Lancet Regional Health – Americas**, v. 40, p. 100675, 2025. DOI: 10.1016/j.lana.2025.100675. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214109X25002797.

PIORELLI, R. O. *et al.* School-based HPV vaccination program implementation in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, n. 2, e00127423, 2025. DOI: 10.1590/0102-311XPT127423. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2025.v41n2/e00127423.





PELLOSO, F. C. *et al.* HPV Vaccination Coverage in Brazil's State of Paraná: Spatial Distribution and Advances in Public Health. **Vaccines**, v. 12, n. 10, p. 1118, 2024. DOI: 10.3390/vaccines12101118. Disponível em: https://www.mdpi.com/2076-393X/12/10/1118.

